

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIELA TECHIO

**NEM SÓ MÃE, NEM SÓ TRABALHADORA: profissionais liberais e a conciliação  
entre maternidade e trabalho.**

Porto Alegre

2014

GABRIELA TECHIO

**NEM SÓ MÃE, NEM SÓ TRABALHADORA: profissionais liberais e a conciliação  
entre maternidade e trabalho.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Luciana Mello

Porto Alegre

2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha irmã, que fez brotar em mim o amor pelas Ciências Sociais. Aos meus dindos, que abraçaram comigo esse meu sonho e, em especial, aos meus pais, que permitiram que ele se tornasse realidade.

Aos meus colegas de graduação, que fizeram e ainda fazem parte dessa caminhada. Principalmente aos meus amigos Larissa, Pedro e Renata.

Muito obrigada a todas as minhas entrevistadas, sem as quais essa pesquisa não teria se realizado. É um agradecimento especial à Laura, que serviu como ponte entre nós.

Minhas desculpas e meu muito obrigada ao Felipe, que esteve ao meu lado nos momentos de angústia e alegria durante a elaboração desse trabalho.

Agradeço a dedicação e as preciosas sugestões da minha orientadora Luciana, que deu um colorido diferente a essa pesquisa.

Agradeço a Deus.

## RESUMO

Esse trabalho analisa as representações de gênero que colocam a maternidade como um dos principais elementos da identidade feminina, afetando o modo de participação da mulher no mercado de trabalho. Foram realizadas entrevistas semiestruturada com seis mulheres com idade a partir de 30 anos, de classe média, com ensino superior, profissionais liberais e com filhos de até 5 anos de idade. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo e investigou-se as representações sobre maternidade, a conciliação entre os papéis de mãe e trabalhadora e as representações sobre o trabalho remunerado. A análise das entrevistas apontou que as mulheres se encontram em um cenário de ambivalência, ora priorizando o trabalho, ora priorizando a maternidade. Em um primeiro momento, a estabilidade financeira, que o trabalho promove, aparece como uma condição para que a maternidade ocorra. A mãe cuidadora, na visão das entrevistadas, deve, além de dar afeto, ofertar bens materiais de qualidade para os filhos. Depois que os filhos nascem, os papéis de mãe e de profissional sempre aparecem em relação, em uma tentativa constante de conciliação, marcada por horários de trabalhos mais flexíveis, pela participação do companheiro e por cuidados alternativos, como creche e babás.

**Palavras-chaves:** gênero; mulheres; maternidade; trabalho; profissionais liberais;

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Perfil das mulheres entrevistadas.....	8
Figura 2 – Conceito de gênero.....	9

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2</b>	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS</b> .....	10
2.1	TRABALHOS FEMININOS <i>VERSUS</i> TRABALHOS MASCULINOS.....	10
<b>2.1.1</b>	<b>Gênero</b> .....	10
<b>2.1.2</b>	<b>Gênero e Trabalho</b> .....	11
2.2	MATERNIDADE COMO EXPERIÊNCIA CONTRUIDA.....	15
<b>3</b>	<b>CONCILIAÇÃO ENTRE MATERNIDADE E TRABALHO</b> .....	20
3.1	OS CONFLITOS DA MULHER ATUAL.....	20
3.2	A ROTINA DA MULHER ATUAL.....	22
<b>3.2.1</b>	<b>O Papel do Homem</b> .....	23
<b>3.2.2</b>	<b>Cuidados Alternativos</b> .....	25
<b>4</b>	<b>GÊNERO, MATERNIDADE E TRABALHO</b> .....	27
4.1	QUEM SÃO ELAS.....	27
4.2	A CONCILIAÇÃO ENTRE SER MÃE E TRABALHADORA.....	29
4.3	MULHER, MÃE E TRABALHADORA.....	31
<b>4.3.1</b>	<b>As Representações da Maternidade</b> .....	32
<b>4.3.2</b>	<b>Conciliação de Papeis</b> .....	33
<b>4.3.3</b>	<b>Significado do Trabalho</b> .....	35
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	37
	<b>REFÊRENCIAS</b> .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

Pelo fato da mulher gerar e parir, as tarefas de cuidado dos filhos são comumente colocadas sob sua única responsabilidade. Olhando para o corpo da mulher e do homem, foram criadas representações sobre como cada sexo deveria sentir e se comportar, ocasionado na separação e na desigualdade entre papéis femininos e masculinos. Assim, a partir da gestação, que é biológica, foi construída socialmente a noção de maternidade. As expectativas sociais prescrevem que a mãe deve ser zelosa, afetiva e totalmente disponível. Isso se torna um problema à medida que a mulher passa a participar mais do mercado de trabalho, pois as representações sobre a sua função social, ligadas ao papel de cuidadora, influenciam as suas práticas laborais.

Esta pesquisa busca investigar qual o impacto da maternidade sobre a carreira profissional das mulheres, supondo que elas se encontram em um cenário de ambivalência. De um lado, há o discurso da valorização do sujeito pelo o que ele produz, assim, elas veem no trabalho uma forma de serem reconhecidas socialmente, de ter independência financeira e de alcançar a realização pessoal. Do outro, condicionadas pelas normas sociais tradicionais, as mulheres desejam assumir o papel de mãe, pois percebem a maternidade como um dos principais elementos da identidade feminina. Acredita-se que, diante das exigências que surgem de universos diferentes, as mulheres vão buscar a conciliação entre papel de mãe e de profissional. Porém, pelo fato da maternidade estar profundamente vinculada à mulher, supõe-se que a incorporação do papel materno afetaria negativamente o seu desempenho no mercado de trabalho, dedicando menos tempo para as atividades laborais, principalmente, enquanto os filhos são pequenos.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a construção dos papéis femininos através da experiência da maternidade e de sua relação com o trabalho. Além disso, busca-se analisar como, a partir das construções sociais em torno do gênero, as mulheres representam a experiência da maternidade, significam o trabalho remunerado, e quais as estratégias usadas para a conciliação desses dois papéis. Assim, valorizou-se também, como se dá a participação do cônjuge nos cuidados das crianças e a contratação de serviços de babás e creches, compreendidas como redes de apoio dessas mulheres.

A tarefa de refletir sobre como é ser mulher/mãe/profissional é complexa, já que existem diversos modos de viver essa triangulação. Considerando que há um grande número de estudos que analisam as experiências de mães que são empregadas de alguma organização e tem contrato de trabalho fixo (ver, a esse respeito, Spindola e Santos, 2003; Maluf, 2009), essa pesquisa se interessa pelas profissionais liberais. As mulheres desse grupo, que são regidas por um estatuto próprio e se mantem no mercado sem vínculos empregatícios estáveis, conciliam a maternidade e o trabalho de maneira particular. Para garantir seu espaço e sua posição no mercado de trabalho, dificilmente elas se afastam por completo quando o filho nasce, retornando suas atividades profissionais logo após o parto. Por outro lado, essas mulheres possuem um horário de trabalho flexível, podendo reorganizar a sua rotina com a chegada de um bebê, intercalando e conciliando os compromissos de trabalho com as responsabilidades maternas. Os atores sociais dessa pesquisa são sinteticamente apresentados no quadro a seguir:

Figura 1 - Perfil das entrevistadas

Identificação	Estado civil	Profissão	Idade	Idade dos filhos
Entrevistada 1	Casada	Farmacêutica	33 anos	2 anos
Entrevistada 2	Casada	Consultora de empresas	34 anos	4 anos
Entrevistada 3	Casada	Coach de carreira	35 anos	3 anos
Entrevistada 4	Casada	Advogada	40 anos	5 e 3 anos
Entrevistada 5	Casada	Psicóloga	30 anos	2 anos
Entrevistada 6	Casada	Dentista	34 anos	7 meses

A pesquisa de natureza qualitativa optou por entrevistas semi-dirigidas, que versaram sobre três temas principais: a experiência da maternidade, a rotina baseada na conciliação de papéis e o significado do trabalho. Buscou-se, através da análise de conteúdo das entrevistas, captar as representações das mulheres sobre os temas propostos. A teoria das representações sociais foi usada como um instrumento metodológico, pois considera tanto a influência da cultura nas práticas cotidianas dos sujeitos, quanto a sua capacidade cognitiva de criar e reinterpretar as normas culturais, contextualizando-as de acordo com suas experiências individuais e em grupo (JODELET, 2001).

Os temas propostos na entrevista possibilitaram que se pensassem as diferentes dimensões do conceito de gênero, tal como propõe Scott (1991). A primeira dimensão são as representações simbólicas, que correspondem a símbolos culturais sobre o que é o feminino e o masculino. A segunda dimensão abrange aos conceitos normativos expressados através de normas e regras que opõem de forma binária obrigações masculinas e femininas. A terceira dimensão considera as instituições e a organização social, sendo o gênero construído a partir da relação entre os vários sistemas sociais, como a família, a economia e a organização política. Por último, a quarta dimensão abarca a identidade subjetiva dos sujeitos. A figura 2 apresenta o esquema analítico adotado na análise das entrevistas.

Figura 2 – Conceito de gênero

<b>Gênero</b>	<b>Dimensões analíticas do conceito</b>	<b>Componentes</b>
	Simbólica/cultural	Visões sobre feminino e masculino
	Normativa	Regras, normas e obrigações sociais
	Organização social	Universo familiar / Mercado de trabalho
	Identitária	Papel de pai x Papel de mãe; Papel de trabalhador x Papel de trabalhadora; Mulher x Mãe.

Este trabalho inicia trazendo a construção histórica do trabalho feminino e o surgimento da maternidade romanceada. No segundo momento, é apresentada a revisão bibliográfica, que demonstra os conflitos e as estratégias usadas pelas mulheres para conciliar maternidade e trabalho na atualidade. Na terceira parte, é exposta a análise e discussão das entrevistas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS

### 2.1 TRABALHOS FEMININOS VERSUS TRABALHOS MASCULINOS

#### 2.1.1 Gênero

O processo de construção de identidade dos sujeitos não se dá de forma isolada, pois todo ator social tem seu papel desempenhado a partir da relação estabelecida com o outro, em um inacabável movimento de trocas recíprocas. Assim, ao falar das experiências femininas no âmbito do trabalho, não se pode ignorar a forma como o ser humano é percebido pela cultura, sendo, tanto o feminino, quanto o masculino, consequências de significações sociais sobre o lugar que o homem e que a mulher devem ocupar na sociedade (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Essa visão dos processos relacionais entre homens e mulheres ressalta a importância do conceito de gênero como uma categoria de análise, que surge para recusar o uso do essencialismo biológico. Enquanto o sexo corresponderia à natureza, o gênero estaria situado na cultura e a na história. Porém, essa dualidade, natureza *versus* cultura, também tem sido revisada por algumas feministas, que “consideram sexo e gênero como uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que ela é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p.108).

Scott (1991, p.21) compreende o gênero como um “elemento constitutivo das relações sociais baseada nas diferenças percebidas entre os sexos” e, também, como “uma forma primeira de significar as relações de poder”. A noção de poder corresponde a um saber que é produzido pela cultura, a partir das diferenças visíveis entre os sexos, e que acaba por ordenar hierarquicamente a relação entre homens e mulheres.

Durante muito tempo as feministas usaram o gênero para nomear a relação entre os sexos, separando-os em duas categorias distintas: feminino e masculino. Scott (1991) busca tratar as relações entre mulheres e homens de modo que eles não sejam vistos como duas categorias fixas e separadas, mas como construções relacionais e mutáveis. O gênero deve ser entendido como uma construção que se dá a partir de uma ampla interação entre diferentes sistemas sociais, como o político, familiar, econômico, de poder, religioso, educacional, etc.

O objetivo, ao usar o conceito de gênero como uma categoria de análise, é poder refletir as origens das identidades subjetivas dos sujeitos a partir do modo como os papéis masculinos e femininos são representados pela sociedade. Neste capítulo, para entender porque existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos, a noção de gênero de Scott (1991) permite pensar como as diferenças biológicas foram interpretadas culturalmente de acordo com as necessidades dos contextos históricos e sociais, em especial com advento do capitalismo, produzindo “verdades” sobre as habilidades laborais de homens e mulheres. O segundo ponto a se refletir é a diferença entre gestação e maternidade. A partir da gestação, que é um acontecimento biológico, a noção de maternidade foi sendo construída e modificada conforme a história se movimentava, originando discursos sobre o modo como a mulher deve ser e se sentir diante da chegada de um filho.

### **2.1.2 Gênero e Trabalho**

Quando o assunto em pauta é o trabalho, a categoria gênero aparece como um importante marcador, visto que, no decorrer da história humana, homens e mulheres desenvolveram suas atividades e serviços baseando-se na relação social entre os sexos. O trabalho foi dividido e agrupado usando o gênero como critério, diferenciando hierarquicamente os trabalhos femininos dos trabalhos masculinos (DANIEL, 2011). Esse fenômeno é chamado de divisão social do trabalho, e, conforme Hirata e Kergoat (2007), compõem-se de dois princípios organizadores. O primeiro princípio é a separação, segundo o qual, foram criados trabalhos para os homens e trabalhos para as mulheres. O segundo princípio é a hierarquia, que significa que o trabalho feito por homens tem mais valor do que o feito pelas mulheres.

Apesar de a mulher ter vivido, assim como o homem, a escravidão, a servidão, o artesanato e a industrialização, constata-se, ao analisar a história do trabalho, que sempre houve diferenças entre a valorização das atividades realizadas por homens e por mulheres. As diversas civilizações ocidentais teriam usado o corpo biológico como argumento para organizar a sociedade e dividir as tarefas com base em supostas competências. Na busca pela ordem social, a mulher foi colocada em uma posição submissa em relação ao sexo oposto, por engravidar e por ser considerada mais fraca física e intelectualmente, sendo menos apta para o trabalho. Contudo, é importante ressaltar, que a mulher, que durante a história transformou lã

em tecidos e milho em farinha, sempre foi uma trabalhadora, já que “o trabalho é, por consequência, antes de tudo, uma atividade de transformação” (SULLEROT, 1970, p.19).

O trabalho deve ser compreendido como uma categoria construída pelos sujeitos que tem o seu significado alterado de acordo com o contexto social e histórico no qual está inserido. Por isso, no decorrer dos séculos, o trabalho feminino foi interpretado segundo as necessidades políticas, sociais e econômicas de cada período (DANIEL, 2011). Nos tempos pré-industriais, as mulheres não eram consideradas fracas ou inadequadas para o trabalho, estando ao lado do homem no dia-a-dia, em uma ajuda mútua. Enquanto a vida se centrava no âmbito da casa, o trabalho feminino era valorizado, porém, quando o trabalho e a educação das crianças passam a acontecer fora dos domínios do lar, a atividade doméstica se tornou marginalizada, principalmente por não ser paga e nem produtiva (SULLEROT, 1970).

Com o surgimento da indústria o trabalho se tornou um valor humano e uma fonte de riqueza e poder, assim, a mulher foi devolvida ao espaço do lar, afastando-se completamente da economia e da política. Como afirma Sullerot (1970, p.22) as mulheres “trabalhavam muito nas épocas em que o trabalho não era valorizado, e eram impedidas de trabalhar nas épocas em que o trabalho abria as portas para a existência social”. O advento da sociedade moderna estabeleceu os domínios do público e do privado, criou lógicas próprias e intensificou as diferenças entre os sexos ao enfatizar a afetividade em casa e a racionalidade na esfera pública. Ou seja, limitavam a mulher, que seria naturalmente afetiva, ao âmbito da casa, e lançavam o homem, suposto ser racional, aos assuntos políticos e econômicos (ROCHA-COUTINHO, 1994). Desse modo, enquanto o homem se voltou para as técnicas e instruções, tomando para si todas as atividades de produção, o trabalho feminino fora de casa foi considerado desonesto pela sociedade, que condenava a mulher trabalhadora, a sua família e quem trabalhasse com ela. Todavia, vale ressaltar, que mesmo sendo consideradas infames, as mulheres das classes populares nunca deixaram de trabalhar por uma questão de necessidade (SULLEROT, 1970).

Durante o capitalismo o trabalho recebeu atribuições específicas, cabendo ao sujeito, desprovido de posses, vender a sua força de trabalho (DEDECCA, 2004). Daniel (2011), baseando-se no marxismo, comenta que o século XIX foi marcado pela mecanização da produção, que alterou a forma de trabalho dos operários. Nesta fase, o uso da máquina foi importante para a participação da mulher no mercado de trabalho, pois, com a nova tecnologia, o sujeito que nunca havia trabalhado em uma indústria, por não ser detentor do saber-fazer, passou a ser visto como mão-de-obra. A entrada da mulher nas fábricas foi

intensificada com as Guerras Mundiais, pois, enquanto os homens lutavam longe de casa, as mulheres assumiam suas obrigações no mercado de trabalho. Porém, quando as batalhas terminavam, os homens retornavam para suas posições dentro do sistema produtivo, fazendo com que o trabalho feminino recuasse, cultuando novamente o papel de mulher dona de casa (SULLEROT, 1970; ROCHA-COUTINHO, 1994).

A posição secundária que a mulher assumiu durante a maior parte da história refletiu diretamente na sua inserção e manutenção nas atividades remuneradas, marcadas por pagamentos reduzidos, trabalhos mais flexíveis e carreiras menos prestigiadas (SULLEROT, 1970; DANIEL, 2011). Percebendo suas oportunidades de emprego limitadas, em uma sociedade em que o trabalho fornecia dignidade social e independência, a mulher operária começou a lutar pelo reconhecimento do trabalho feminino. Através de reivindicações e, principalmente, com o aumento do seu nível educacional, que ampliou suas chances de disputar, de forma qualificada, uma vaga no mercado de trabalho, o papel da mulher dentro da sociedade modificou-se. Participando de cursos universitários e transitando por espaços que fomentavam a cultura, a mulher brasileira, nas últimas décadas do século XX, elevou de forma significativa sua participação nas atividades remuneradas (DANIEL, 2011).

A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990 e o início dos anos 2000 se deu por questões demográficas - queda da taxa de fecundidade, principalmente em regiões mais desenvolvidas; diminuição no número de filhos; envelhecimento da população; maior expectativa de vida ao nascer para o sexo feminino; aumento do número de famílias chefiadas por mulheres-, e por questões educacionais, - com o aumento nos anos de estudos e com a crescente entrada nos cursos superiores-. Isso tudo associado às mudanças culturais sobre a função da mulher na sociedade, que, a cada geração, desvincula a mulher do mito da mãe exclusiva e a inclui na esfera do trabalho produtivo (BRUSCHINI, 2007 *apud* AMAZONAS; VIEIRA; PINTO, 2011).

Entretanto, a relação entre mulher e trabalho pago merece a atenção dos pesquisadores, pois o aumento da presença feminina no mercado de trabalho é perpassado por várias questões. Culturalmente homens e mulheres são encarregados de diferentes atividades a partir da justificativa de que teriam habilidades e capacidades naturais distintas, prescrevendo o que cada sexo é apto ou não a fazer. Os homens teriam seu espaço no mercado de trabalho garantido por serem considerados mais racionais, competitivos, independentes, com visão estratégica e dotados de espírito de liderança. Já a mulher é contratada de acordo com o seu suposto perfil de trabalhadora dócil e obediente, que marca sua inserção profissional em

atividades que estão de acordo com a submissão ou com tarefas de cuidado (MONDARDO; LIMA, 1998). Como comenta Rocha-Coutinho (2004, p.4) as mulheres estão “segregadas em guetos ocupacionais, isto é, maioria ainda está ligada a trabalhos educacionais, assistenciais e à prestação de serviço” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p.4).

O papel de cuidadora, elemento central da maternidade, superou o âmbito familiar influenciando as oportunidades de emprego dadas às mulheres. Atravessadas por representações sociais sobre suas capacidades e habilidades inatas, a maioria das mulheres escolhem profissões ligadas à educação ou ao assistencialismo. A não escolha por profissões que exijam perspicácia intelectual ou pensamento lógico, por exemplo, também estaria associada às representações sociais, que negam às mulheres todas as capacidades valorizadas socialmente, dificultando sua entrada e ascensão em determinadas áreas profissionais (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Maria Rosa Lombardi, em entrevista para a Fundação Carlos Chagas (2007), afirma que o preconceito existe, e, dependendo da área, ele é mais forte ou não. O fato do preconceito ser velado dificulta a sua percepção. A socióloga segue comentando que as mulheres têm enfrentado problemas para entrar em certas profissões, como a engenharia, por exemplo, devido às questões culturais e a influência de familiares, que as incentivam a buscarem profissões tradicionalmente femininas.

Ao mesmo tempo em que a mulher aumenta sua participação no mercado de trabalho, a discriminação de suas competências, o assédio sexual, a dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial se apresentam como questões que reproduzem a dominação masculina, e interceptam as suas chances de boa colocação na sua área profissional (GRZYBOWSKI, 2007). Desta forma, por mais que as mulheres superem os homens em anos dedicados aos estudos, sendo a educação uma das portas que proporcionaram a sua inserção no mercado de trabalho, estudos do IBGE (2013) demonstram que, quanto mais alto o nível de estudo das mulheres, mais diferença salarial existe em comparação com os seus colegas do sexo masculino. E mesmo nas áreas em que as mulheres representam a maioria, como a saúde e a assistência social, os cargos de direção ainda são destinados aos homens. Além disso, quando elas assumem cargos mais valorizados no âmbito do trabalho, há a tendência de masculinizá-las, julgando que seu sucesso seja fruto do uso de características atribuídas ao sexo masculino, como criatividade e liderança. Ou seja, acredita-se que as mulheres que conseguem uma carreira profissional de destaque estariam indo contra a sua natureza, perdendo a sua feminilidade ao incorporar capacidades masculinas (MONDARDO; LIMA, 1998).

Este trabalho não nega a existência de diferenças biológicas, mas questiona o modo como elas são apropriadas, servindo como base para limitar as escolhas de vida dos sujeitos. Antes de serem as diferenças naturais, elas devem ser compreendidas como o resultado de crenças sociais sobre as capacidades femininas e masculinas, repercutindo em estereótipos, que prejudicam a condição da mulher enquanto trabalhadora (POESCHL; MÚRIAS; RIBEIRO, 2003). Todavia, ao propor um discurso de igualdade entre os sexos no mercado de trabalho, há um assunto que merece ser analisado mais profundamente, por se tratar de um fenômeno concreto que é vivido apenas por pessoas do sexo feminino: a maternidade.

Essa pesquisa propõe que a maternidade deve ser pensada e analisada como uma diferença real. Biologicamente, é a mulher que possui útero para gestar e seios para amamentar, cabendo a ela carregar o bebê por nove meses, além de nutri-lo exclusivamente nos primeiros seis meses de vida. Culturalmente, com base nos corpos físicos, as representações sociais sobre a maternidade vinculam os cuidados dos bebês diretamente às mães, que como parte da sociedade, absorvem e compartilham esse discurso. Assim, acredita-se que, apesar da dificuldade de valorização enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho ser um fato que independente se elas são mães ou não, a chegada de um filho tende a agravar ainda mais essa situação. Entre as barreiras que se impõem na vida profissional das mulheres, a maternidade atinge diretamente a sua produção, já que aumenta as chances delas se ausentarem do trabalho para se dedicar aos filhos, principalmente nos primeiros anos de vida das crianças, devido a incapacidade do bebê se manter sem o apoio de um cuidador, que, na grande maioria dos casos, é a mulher (POZZA, 1992; SCAVONE, 2001b).

## 2.2 A MATERNIDADE COMO UMA EXPERIÊNCIA CONSTRUÍDA

Neste tópico será apresentada a maternidade como uma construção histórica e social, procurando enfatizar a diferença entre maternidade e gestação, que, por sua vez, corresponde a um fenômeno biológico.

A forma como a sociedade percebe os sujeitos está relacionado com o contexto histórico. Dessa maneira, acompanhando os movimentos econômicos e políticos, os papéis sociais vão se modificando, o que permite a alteração das expectativas sobre a mulher e a sua função na sociedade (DANIEL, 2011).

O movimento feminista, negando os determinismos biológicos, como o corpo voltado para a reprodução, o cérebro menor ou a fragilidade dos nervos, que eram associados, tanto pela ciência, quanto pelo senso comum, ao sexo feminino, provocou uma revolução na forma de perceber a mulher. Essa nova concepção não possibilitou somente conquistas políticas, mas deu o direito da mulher escolher a sua profissão e ter a liberdade de viver as suas relações amorosas (ARÁM, 2003).

A maternidade também foi questionada pelas teorias feministas, sendo aos poucos retirada da ideia de condição natural, e compreendida como uma construção social (SCAVONE, 2001a). Ferrand e Langevin (1990, *apud* SCAVONE, 2001a) cometam como a maternidade foi explicada pelas feministas a partir de três pontos distintos. Primeiro a maternidade se tornou o centro da desigualdade entre os sexos, e foi comparada a um defeito natural. Depois a maternidade foi compreendida como um poder insubstituível, e a mulher foi vista como fonte de vida e de poder. Já na terceira fase, as feministas se debruçam sobre o seu significado social, encontrando o real problema da maternidade nas construções sociais sobre o papel materno. Nessa linha de pensamento, a maternidade precisa ser analisada com base nos aspectos sociais, principalmente através das representações sociais vigentes sobre o tema, buscando compreender a “maternidade como expressão humana, que se constitui a partir das relações sociais concretas” (VINHAS, 2009, p. 30).

Atualmente, as representações sobre a maternidade estariam vinculadas com o mito da mãe perfeita, que deve ser disponível, amável, compreensiva, dócil e que sacrifique seus desejos por amor à sua prole (AZVEDO E ARRAIS, 2006). Badinter (1985, p.2), questionando essa maternidade romanceada, propõe-se a responder a pergunta: “será o amor materno um instinto, uma tendência feminina inata, ou depende, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes?” A partir de sua análise histórica, a autora constata que esse sentimento varia com a cultura e com a época. O amor materno seria um sentimento humano, que, como qualquer outro, não tem garantias, podendo estar presente ou não.

A maternidade, como se conhece hoje, não era praticada até o século XVIII, e era vista como um papel pouco digno pelas mulheres nobres, pois não tinha valor social. Os bebês não eram amamentados pelas mães, que deixavam seus filhos sob os cuidados de amas mercenárias, mantendo-os afastados de casa por anos. A mulher lactante era considerada suja e o ato de amamentar era visto como repugnante. Além disso, as relações sexuais eram

proibidas se a mulher estivesse amamentando, o que levava o marido a buscar prazer sexual com outras mulheres (BADINTER, 1985).

Apesar das experiências maternas variarem dentro de um mesmo período histórico de acordo com a posição social das mulheres, naquela época, nas classes mais populares, a maternidade romanceada também não era exercida. Muitas vezes, entre os casais mais pobres, uma gravidez era encarada como uma ameaça à sobrevivência dos próprios pais, que enviavam os filhos para o orfanato ou para amas mais baratas. Essa indiferença pelos filhos causava grande impacto social, com elevado índice de mortalidade infantil (BADINTER, 1985).

Foi em 1760 que a maternidade começou a ser percebida de uma nova maneira, através de três discursos que influenciaram a relação dos pais com os filhos. O discurso econômico destacou a importância da criança, vista como um valor de mercado, pois serve para trabalhar e produzir riquezas. O discurso filosófico favoreceu o amor dos pais pelos filhos a partir das ideias de igualdade e felicidade. A criança transformou-se no centro da vida familiar, que, por ser frágil, necessita de cuidados. Essa nova filosofia, além de alterar a imagem dos filhos, mudou o papel da mulher, que “se transforma em uma pessoa doce e sensata, de quem se espera cometimento e indulgência” (BADINTER, 1985, p. 176). Por fim, o Estado também cria um discurso voltado especialmente para a mulher, destinando a ela a tarefa de educar os homens e as mulheres da nação (BADINTER, 1985).

A partir de então, a mulher, principalmente a burguesa, enxergou no papel de mãe uma forma de valorização social. A maternidade tornou-se uma atividade gratificante, já que, no papel de mãe, ela se tornava mais poderosa, sendo a casa o único espaço em que ela era superior ao homem. Portanto, quando a criança passa a ser valorizada socialmente, a mulher, devido ao seu caráter educativo, assume uma função social essencial (BADINTER, 1985). Entretanto, com a consolidação da sociedade industrial, esse modelo de maternidade clássica foi dando espaço para o modelo de maternidade atual, com a mulher vivenciando uma multiplicidade de papéis, em especial, o de trabalhadora remunerada (SCAVONE, 2001b).

A nova concepção de maternidade foi facilitada pelo surgimento da era tecnológica, em especial com a invenção da pílula anticoncepcional, que torna a maternidade uma escolha e não um destino. As tecnologias proporcionaram à mulher um maior controle sobre seu corpo, decidindo ter ou não ter filhos, quantos e de que maneira, separando sexualidade e reprodução. Ou seja, a maternidade transformou-se em “uma decisão racional, influenciada

por fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e, também, do casal” (SACAVONE, 2001b, p. 50).

O suposto fim da relação obrigatória entre identidade feminina e a maternidade também modificou a relação da mulher com o trabalho, que adquiriu um espaço importante na sua constituição de sujeito. A vida doméstica não trouxe prestígio social para a mulher, que a cada geração passou a desejá-la com menos entusiasmo, alegando sentimentos de inferioridade e vazio, optando por viver novas experiências para além dos portões de casa (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, essa saída para o mercado de trabalho não significa que houve uma transformação na maneira como a maternidade é imaginada socialmente (PEDREIRA, 2008).

O papel de mãe, mesmo que não exclusivamente, ainda é desejado pela maioria das mulheres, que relatam essa experiência como o maior acontecimento de suas vidas (VINHAS, 2009). Supõem-se que isso seja resultado do processo de socialização da mulher, que aprende, ainda na infância, através de brincadeiras e das falas dos adultos, que existe um papel pré-definido que ela deverá assumir. Cercada de mitos e expectativas, espera-se que ela viva a sequência já naturalizada e institucionalizada: menina-mulher-casamento-maternidade (GRISCI, 1994 *apud* VINHAS, 2009).

Esse trabalho considera a ideia de que a sociedade interfere nos desejos individuais, e que a maternidade seria valorizada pela mulher, porque a sociedade como um todo exalta a posição ocupada pela mãe (BADINTER, 1985). Contudo, é importante esclarecer que, quando se ressalta a construção social da função materna, não se está desmentindo todas as mulheres que afirmam sentir um amor incondicional por seus filhos. Afirmar que ele não é inato não é o mesmo que dizer que ele não existe, “ele é adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e por ocasião dos cuidados que lhe dispensemos” (BADINTER, 1985, p.15).

A postura de contestar a sacralidade da maternidade não é uma tarefa simples e de rápida assimilação pela sociedade. Na realidade, esse assunto parece gerar controvérsias e desconforto. Esse incomodo condiz com o que Butler (2003 *apud* AMAZONAS; VIEIRA; PINTO, 2011) sugere ao afirmar que as pessoas só se enxergam e se tornam vistas quando estão de acordo com padrões culturais que determinam o que é ser homem ou mulher. Entretanto, essas regras sociais não são fixas, permitindo que, lentamente, a partir da contestação e de novas práticas, os padrões se alterem. Assim, é possível encontrar uma variedade cada vez maior das formas de viver a maternidade, com mães donas de casa, mães chefes de família, casais igualitários, entre outros. Encontram-se, também, diversas soluções

para auxiliar nos cuidados com os filhos, como as escolas em tempo integral, babás, avós disponíveis e vizinhos que colaboram, permitindo que mulher tenha mais liberdade para experimentar a vinda de um filho, sem se anular por completo (SCAVONE, 2001b).

É sobre a multiplicidade de papéis que a mulher protagoniza no seu dia-a-dia, principalmente a articulação entre o papel de profissional e de mãe, buscando sempre considerar as particularidades de cada história de vida, do seu contexto social e da sua categoria de trabalho, que essa pesquisa se debruça em suas próximas páginas.

### 3 CONCILIAÇÃO ENTRE MATERNIDADE E TRABALHO

No decorrer desse capítulo serão discutidos os principais aspectos referentes à busca de conciliação entre maternidade e trabalho pelas mulheres atuais, considerando a participação do cônjuge e a contratação de cuidados alternativos.

#### 3.1 OS CONFLITOS DA MULHER ATUAL

O conflito que inquieta a maioria das mulheres está em relação com o modo que elas estão percebendo a maternidade e a carreira profissional. O primeiro aspecto do conflito envolve o discurso de maternidade romanceada e o mito da mãe perfeita, afetiva e disponível, que impera no senso comum. Definida como algo nobre e recompensador e divulgada como natural e irrecusável, a maternidade se tornou uma experiência desejada pela maioria das mulheres (AZEVEDO; ARRAIS, 2006). Porém, a mulher atual tem outros interesses, desejos e expectativas que não se restringem ao papel de mãe. O outro ponto do conflito envolve os aspectos positivos que a sociedade atribui ao trabalho remunerado. Exercer uma atividade profissional contribui para o reconhecimento social e para o bem estar psicológico, principalmente por promover autonomia, poder de decisão, independência, aumentar as oportunidades de contato social e elevar a autoestima (POSSATI; DIAS, 2003). O salário, além de uma questão prática quando se vive em uma sociedade consumista, pode ser entendido como uma forma de obter a liberdade, não dependendo de pai nem de marido (POZZA, 1992).

Entretanto, é preciso ressaltar que nem todo o trabalho gera bem-estar, depende muito da posição que o trabalhador ocupa no mercado de trabalho e do quanto a atividade lhe é prazerosa (POSSATI; DIAS, 2003). Nessa perspectiva, as mulheres que têm a chance de estudar e escolher a profissão que acreditam se encaixar melhor com seu perfil, como as profissionais liberais (entende-se: dentistas, psicólogas, advogadas, etc.), estariam mais envolvidas com a sua carreira, percebendo o trabalho como o caminho para alcançar a satisfação e crescimento pessoal.

Por mais contraditórios que esses dois discursos pareçam, já que a maternidade segura a mulher dentro de casa, enquanto as atividades profissionais a empurram para o mercado de

trabalho. A solução encontrada pela maioria das brasileiras é a conciliação entre maternidade e trabalho (ROCHA-COUTINHO). Para lidar melhor com esse conflito, as mulheres tendem a se organizarem no tempo, adiando a maternidade até que a vida profissional se estabilize. De acordo com as mulheres executivas entrevistadas por Maluf (2009), a maternidade ainda é valorizada e desejada, mas ela não deve ocorrer em qualquer situação. Entre as pré-condições, é preciso que a mulher esteja preparada afetiva e financeiramente para poder conceber uma criança, e isso requer uma carreira profissional consolidada.

O planejamento seria importante, já que, segundo a pesquisa de Pazello e Fernandes (2004) sobre o impacto da maternidade no trabalho feminino, é constatado que a maternidade tende a afetar negativamente a disponibilidade da mulher no mercado de trabalho, principalmente quando as crianças são pequenas. Um dos maiores conflitos nessa fase é que, ao mesmo tempo em que a mulher está menos disponível para o mercado de trabalho, as despesas familiares aumentam com a presença de mais um integrante na casa. Porém, Pazello e Fernandes (2004) afirmam que, a longo prazo e com o crescimento dos filhos, essa limitação diminui e elas se restabelecem no mercado de trabalho. Ou seja, a maternidade não afeta ganhos econômicos no futuro e a produtividade feminina aumenta com o tempo.

A conciliação entre maternidade e trabalho também é vista como conflitante por se tratar de uma experiência que provoca angústia. A questão mais ansiogênica para as mulheres que se encontram entre a maternidade e a profissão é o sentimento de não estar suficientemente envolvida com o cuidado dos filhos e com o trabalho (POZZA, 1992). Em meio a esse conflito, é comum as mulheres relatarem sentimento de culpa, que aparecem nos casos em que elas abdicam de suas carreiras em prol da maternidade, mencionando sentimentos de frustração e inferioridade, já que a vida doméstica é pouco valorizada na sociedade. Ou nos casos em que elas optam pela realização profissional, sofrendo por não estarem tão presentes na rotina dos filhos (COHEN, 2001 *apud* RODRIGUEZ, 2005). Nesse último caso, a culpa aparece principalmente quando elas acham que não estão exercendo a sua função social de educadoras. Na pesquisa de França e Schimanski (2009), as mulheres entrevistadas, mesmo valorizando a sua atividade profissional, percebem o cuidado dos filhos como responsabilidade feminina, e afirmam que uma mãe ausente “ocasiona em uma educação insuficiente e uma situação social problemática” (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 75).

Supõe-se, de acordo com o que foi exposto, que as mulheres, que optaram por se dedicar a maternidade e ao mercado de trabalho, encontram-se em um cenário de

ambivalência, vivendo uma situação de tensão sobre qual área da vida priorizar ou como harmonizar esses papéis sociais tão valorizados na sociedade, mas contraditórios. É da experiência dessas mulheres, especificamente de mãe profissionais liberais, que este trabalho se ocupará no terceiro capítulo.

### 3.2 A ROTINA DA MULHER ATUAL

Nos dias de hoje as mudanças socioculturais acontecem rapidamente, e exigem a criação de novos arranjos sociais e novas subjetividades, rompendo com a ilusão de uma identidade feminina unificada e voltada excepcionalmente para a maternidade. Ao invés de assumir uma identidade feminina, a mulher contemporânea toma para si um conjunto de formas de ser (ROCHA- COUTINHO, 2004). Todavia, esta soma de papéis encontra um grande obstáculo: o tempo.

No contexto capitalista os sujeitos utilizam o tempo de duas maneiras. Uma delas é o tempo destinado para reprodução econômica, que abrange o trabalho remunerado. A outra forma corresponde à reprodução social, em que o tempo é ocupado basicamente por atividades de lazer, descanso e afazeres domésticos. Entretanto, em uma sociedade baseada na produção e no consumo, esses dois tempos acabaram por entrar em choque (DEDECCA, 2004).

A tarefa de conciliar vida familiar e mercado de trabalho costuma resultar na experiência da dupla jornada, nela a mulher divide seus dias entre as exigências da sua profissão e as atividades de limpeza, organização e cuidado da casa. Essa rotina tende a se intensificar com a chegada de um filho, o que pode levar a mulher à exaustão, já que a cobrança no emprego e as necessidades da criança, geralmente, entram em colisão. Além disso, equilibrando-se entre a casa e o emprego, muitas delas se esquecem dos seus próprios desejos e necessidades, colocando seu lazer em terceiro plano (DEDECCA, 2004).

Como cada mulher vai se organizar diante da maternidade depende de aspectos sociais e de aspectos particulares, entre eles, as características do seu trabalho remunerado. No caso das mulheres profissionais liberais, os seus horários de trabalho podem ser mais flexíveis, o que permite organizar de maneira mais proveitosa as suas obrigações e compromissos, mas isso não significa que a sua rotina seja mais tranquila. Sobre a dupla jornada, Probst (2003) afirma que as mulheres dedicam a mesma energia que os homens nos seus locais de trabalho,

porém, quando retornam para seus lares, elas dedicam-se muito mais do que seus parceiros às atividades domésticas, e, mesmo que eles colaborem, a dedicação e o esforço continuam assimétricos. Portanto, compreende-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho e nas atividades intelectuais deu a elas a função de provedora financeira, que não anula o de responsável pelo bem-estar familiar.

Para exemplificar o que foi dito, em uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2006) sobre o tempo pessoal dedicado ao trabalho domiciliar da mulher e do parceiro, as mulheres (independente da condição de dona-de-casa ou não) gastavam o tempo médio de quase 24 horas semanais, fazendo ou orientando os trabalhos domésticos. Com o cuidado dos filhos ou crianças da casa, as mulheres gastavam em média 14 horas, e com o cuidado de pessoas idosas ou doentes dedicavam quase 2 horas, totalizando 40 horas semanais. Já seus parceiros tiveram um tempo médio semanal gasto com os trabalhos domésticos de apenas 2 horas e meia, quase 3 horas destinadas aos cuidados das crianças e meia hora aos cuidados de doentes e idosos, totalizando 6 horas na semana.

Na análise da rotina que se divide entre o trabalho e a casa, é importante perceber a maneira como as mulheres significam as suas próprias experiências. Acredita-se, que sugestionadas pelas representações sociais sobre a sua função na sociedade, muitas mulheres assumem uma postura mais tradicional em relação à vida doméstica e à maternidade, considerando-se naturalmente mais preparadas para cuidar da casa dos filhos. Assim, “a mulher continua a contribuir para a preservação do sistema machista que prevalece na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que amiúde, apenas no nível do discurso, se rebelou” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 5).

Entretanto, vale ressaltar, que em uma sociedade que está sempre em movimento, o fenômeno da dupla jornada veem se alterando, mesmo que lentamente. É através de uma postura mais igualitária assumida entre o casal, que a pressão sofrida pelas mulheres pode ser amenizada. Para as mulheres que compartilham o cuidado da casa e dos filhos com os parceiros, a dupla jornada se apresenta de outra forma, perdendo sua negatividade.

### **3.2.1 O Papel do Homem**

O trabalho pode ser uma área importante e gratificante na vida de muitas mulheres, em especial pelo sentimento de independência que proporciona. Todavia, as mesmas mulheres

que desejam a liberdade, evitam uma vida solitária e procuram por um companheiro, que como elas, seja independente, respeite sua vida profissional e queira dividir as responsabilidades domésticas (AMAZONAS, VIEIRA E PINTO, 2011). As mulheres estariam em busca de um novo homem ideal, não em função da estabilidade econômica ou da sexualidade, mas um parceiro que admire e entenda, entre outras coisas, o seu lado profissional, propondo-se a participar mais da criação dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 2004).

O trabalho feminino fora de casa foi importante nesse aspecto, pois a independência financeira e o contato social permitiram que as mulheres vivenciassem relações mais igualitárias com os seus parceiros. Quando o casal está colocado dentro do mercado de trabalho de forma satisfatória para ambos, recebendo salários semelhantes, as obrigações destinadas culturalmente ao sexo feminino passam a ser divididas com o companheiro, diminuindo a sobrecarga do dia a dia (POSSATTI; DIAS, 2003).

A crescente participação feminina no mercado de trabalho, além de alterar a imagem da mulher, que se tornou mais livre e ativa em suas decisões, transformou o papel assumido tradicionalmente pelo homem dentro do sistema familiar. A paternidade teria sido resignificada socialmente nas últimas décadas, aceitando-se cada vez menos pais distantes e exigindo que eles sejam afetivos e participativos (MEDARDO; LIMA, 1998; GRZYBOWSKI, 2007; AZEVDO; ARRAIS, 2011).

A nova maneira de viver a paternidade, em uma sociedade que prioriza a criança no centro da família, trouxe ganhos para o bem-estar do novo pai. Antigamente, a presença da concepção essencialista, que definia o papel do sujeito pelo seu sexo, por mais que colocasse o homem em uma posição social dominante, também trazia perdas, uma delas era o tempo e o papel limitado na rotina dos filhos (AMAZONAS; VIEIRA; PINTO, 2011). Sobre isso, França e Schimanski (2009) destacam em sua pesquisa que, quando a questão é o cuidado dos filhos, as mulheres entrevistadas dividem as tarefas com seus parceiros, concluindo que o cuidado das crianças é o elemento que apresenta maior divisão de responsabilidades entre o casal.

Mas isso não é um padrão único, essa realidade convive com os padrões mais tradicionais, caracterizado por pais menos participativos, já que a maternidade ainda é vista como função social da mulher, sendo o homem considerado incapaz de cuidar de sua prole (GRZYBOWSKI, 2007). Nas entrevistas feitas por Pedreira (2008) com mulheres de classes populares sobre o cuidado dos filhos, elas afirmavam que o ponto central da maternidade é o

vínculo, sendo a mãe a principal cuidadora. Na ausência da mãe, os filhos eram deixados sob os cuidados da avó, cunhada, sogra ou irmã, construindo laço de solidariedade entre as mulheres, porque, para elas, o cuidado não é uma função masculina.

Assim, pode-se afirmar que a mulher se encontra em uma posição contraditória. Elas buscam um pai participativo, mas, quando isso de fato ocorre, elas podem relatar um sentimento de desconforto, como se os companheiros estivessem invadindo e ameaçando o espaço que é seu por natureza (AMAZONAS; VIEIRA; PINTO, 2011). A sociedade moderna teria se organizado a partir da concepção de que o pai deve ser entendido como um colaborador no cuidado dos filhos, sendo a sua presença menos necessária do que a da mãe (BATINDER, 1985). Nessa linha de pensamento, o papel de pai, disponível e dedicado, ainda é visto como uma opção para o homem, que pode incorporá-lo ou não.

Portanto, por mais que, na atualidade, dois fenômenos ocorram de forma relacionada - a crescente participação feminina no mercado de trabalho e o envolvimento dos homens nos assuntos domésticos -, eles se movem de forma assimétrica, com a participação masculina em casa crescendo timidamente.

### **3.2.2 Cuidados Alternativos**

Para as mães que trabalham fora de casa e precisam e/ou querem retornar ao mercado de trabalho, a solução encontrada no cuidado dos filhos pequenos são os substitutos da família ou rede de apoio, que permitem o envolvimento da mulher no trabalho, ao mesmo tempo em que asseguram que a criança tenha suas necessidades devidamente atendidas (AMAZONAS; VIEIRA; PINTO, 2011).

Contudo, as redes de apoio, que durante muito tempo foram compostas por familiares ou vizinhos, têm recuado em comparação com as gerações mais antigas. Hoje em dia, as famílias são menos numerosas e a maioria dos seus membros trabalha fora de casa, limitando o número de pessoas que poderiam ficar com a criança. Além disso, um comportamento típico dos grandes centros é o isolamento e a busca por maior individualidade, distanciando a relação com vizinhos e familiares (RAPOPORT; PICCININI, 2004).

O momento de escolher com quem deixar a criança enquanto os pais estão ausentes envolve diversos fatores, entre eles, a condição financeira e social da família, a estrutura de

apoio social com a qual os pais podem contar e as crenças e práticas parentais sobre os cuidados alternativos. A idade da criança também é considerada um fator que influencia a tomada de decisão, já que deixar filhos muito pequenos com outro alguém traz insegurança e a ansiedade à mãe (RAPOPORT E PICCININI, 2004). Entre os sentimentos que a separação mãe-bebê provoca, a culpa é relatada com frequência pelas mulheres, pois, segundo as normas sociais, a mãe que não cuida pessoalmente do seu filho é vista como inadequada. Esse sentimento é encontrado com maior facilidade entre mães com nível socioeconômico mais elevado, que querem se dedicar à carreira. Entre as mães de nível socioeconômico mais baixo, o trabalho representa a sobrevivência dela e das crianças, não gerando tanto sentimento de culpa (WEBER et al., 2006).

As possibilidades de escolhas dependem principalmente do aspecto econômico. Conforme foi assinalado pelos estudos revisados por Rapoport e Piccinini (2004), as famílias mais abastadas e com mais escolaridade procuram colocar seus filhos em creches, pois consideram essas instituições lugares seguros e que serão importantes para o desenvolvimento das habilidades sociais da criança. Já as famílias com rendas mais baixas só se beneficiam dessas instituições quando há algum apoio do Estado ou das empresas em que trabalham. De modo geral, as classes populares utilizam mais a ajuda de familiares ou de vizinhos.

O uso de babás, devido ao custo mais alto, também foi encontrado entre as opções das famílias com mais condições financeiras. Elas relatam que a economia de tempo, não precisando levar e buscar a criança na creche, é o aspecto mais positivo dessa escolha. Além disso, a babá pode ajudar nas tarefas domésticas, o que facilita e diminui o tempo gasto pela mãe com atividades de organização e limpeza. Entretanto, para contratar alguém que assuma as responsabilidades domésticas, a mulher precisa ser bem remunerada em seu trabalho, ganhando mais do que paga para sua auxiliar. Isso só seria possível através da qualificação profissional, que garante cargos mais altos e salários melhores (POZZA, 1992). Em famílias com menor renda, o gasto com cuidados alternativos pode ser maior que o salário da mãe, que, ou abandona o trabalho, ou procura cuidados alternativos mais em conta.

Considerando os aspectos financeiros, as profissionais liberais, que estão estabilizadas em suas carreiras, teriam a possibilidade de contratar pessoas ou instituições para tomarem conta de seus filhos. Assim, os cuidados alternativos, como babás ou creches particulares, são encarados como solução para essas mães, que, com frequência, voltam para o mercado de trabalho logo após o parto.

## **4 GÊNERO, MATERNIDADE E TRABALHO**

Nesse capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa que buscou investigar o impacto da maternidade sobre o modo de participação de mulheres profissionais liberais no mercado de trabalho. A maternidade, construída a partir da sua capacidade biológica de gestar, teria delegado a mulher a criação exclusiva dos filhos. Essa função social feminina passa a ser um problema quando ela busca se inserir no trabalho remunerado, impactando na sua atividade laboral. A partir disso, será analisado e discutido como as entrevistadas representam os papéis de mãe e de trabalhadora, e suas estratégias para a tentativa de conciliação dessas funções.

### **4.1 QUEM SÃO ELAS**

Essa pesquisa, com a finalidade de compreender a conciliação entre trabalho remunerado e maternidade, a partir de um contexto social específico, optou por entrevistar seis mulheres, de classe econômica média, com curso superior completo, profissionais liberais, casadas, com idade a partir de 30 anos e com filhos de até 5 anos de idade. As participantes desta pesquisa foram localizadas através de indicações de conhecidos em comum ou por nomeação entre elas, o que caracteriza uma rede de contato.

A escolha por mulheres de classe média foi baseada pela suposição de que a conciliação entre maternidade e trabalho não se impõe como uma necessidade para esse grupo, sendo uma opção feita por mulheres que investiram tempo e dedicação em um curso superior para se tornarem profissionais habilitadas, e, que, diante da chegada de um filho, não quiseram abdicar de suas carreiras. A limitação de idade para as mulheres foi pensada a partir da estabilidade econômica. Supõe-se que, por estarem praticamente há uma década no mercado de trabalho, sua carreira e situação financeira estejam estabilizadas, sendo um bom momento para poder refletir sobre a maternidade e a profissão. O fato de serem todas casadas é importante para analisar como elas dividem as responsabilidades com seus parceiros. Já a limitação das idades dos filhos foi pensada em função das mulheres estarem vivenciando a experiência de conciliação de forma mais intensa, em razão dos cuidados que as crianças com pouca idade exigem. Por fim, a categoria de profissional liberal foi escolhida pelas particularidades que permeiam a rotina desses profissionais, que exercem suas atividades

através de uma legislação específica e são fiscalizados por Conselhos Profissionais próprios. A principal característica dessa categoria é se manter no mercado de trabalho sem a intervenção do Estado ou de empregadores (BRASIL, 2006). Não tendo necessariamente horários e salários fixos, décimo terceiro ou férias garantidas, as mulheres profissionais liberais lidam com a maternidade de modo particular, diferenciando-se daquelas que possuem um vínculo empregatício estável.

A proteção à mãe trabalhadora brasileira é garantida por lei, tanto no direito do trabalho, quanto no direito previdenciário, através da licença maternidade, que consiste no direito da mulher de manter-se afastada de suas atividades profissionais nos primeiros meses de vida do filho, recebendo durante esse período um salário maternidade, que é um benefício assegurado a todas as contribuintes da Previdência Social (RODRIGUEZ, 2005). Entretanto, supõe-se que esse afastamento do trabalho não ocorra entre as profissionais liberais, devido a três motivos principais. Primeiro, ausentar-se do mercado de trabalho é correr o risco de perder para a concorrência o espaço que conquistou. Segundo, comprometidas com clientes ou pacientes, elas não podem interromper o serviço prestado. Terceiro, profissionais liberais, que não estão em atividade, não garantem sua renda no final do mês. E mesmo que exista o salário maternidade, ele é de baixo valor comparado com o que elas recebem ao trabalhar, podendo não dar conta das novas e antigas despesas. Assim, é comum que, logo depois do nascimento dos filhos as mães profissionais liberais retornem, de imediato ou gradativamente, aos seus postos de trabalho.

Nesse momento, a flexibilidade de horário, comum nessa categoria de trabalho, é o que, supostamente, garante que a volta ao mercado de trabalho seja mais tranquila. Sem horários pré-determinados, a mãe pode organizar seus dias de forma estratégica, encaixando as suas horas de trabalho na rotina do filho. Contudo, a possibilidade de criar sua própria rotina também pode ser uma desvantagem. Sem limites estabelecidos, elas podem se voltar demais para o trabalho ou só para a maternidade, ou ainda, podem querer exercer, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, os papéis de mãe e profissional, comprometendo a vida familiar e/ou a sua carreira profissional.

Por fim, é preciso ressaltar, que a categoria das profissionais liberais envolve uma gama de profissões. Nesta pesquisa as profissões abordadas são: advogada, psicóloga clínica, dentista, *coach* de carreira (com formação em publicidade), consultora de empresa (com formação em psicologia) e farmacêutica (proprietária da farmácia). Essa amostra pretende dar conta das diferentes formas de ser profissional liberal, diante das exigências que cada área

apresenta, por exemplo, uma advogada pode ler os processos de seus clientes em casa, podendo estar mais próxima da rotina familiar, ao contrário de uma dentista, que precisa atender seus pacientes no consultório.

#### 4.2 A CONCILIAÇÃO ENTRE SER MÃE E TRABALHADORA

Para investigar a questão que norteia essa pesquisa, optou-se pelo uso do método qualitativo, que permite acessar a percepção dos sujeitos sobre a sua realidade de forma mais profunda, considerando suas experiências e sentimentos. A pesquisa qualitativa vê o sujeito como um agente social, que molda e, ao mesmo tempo, é moldado pelo seu contexto (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

A opção metodológica privilegiou a entrevista semiestruturada, pois, segundo Minayo (1999), esse modelo de entrevista permite que o sujeito fale sobre o tema com mais liberdade, “sem respostas ou condições prefixadas” (MINAYO, 1999, p.108). Quando o entrevistado fala abertamente de suas experiências, o acesso a suas construções simbólicas parece ser mais fácil. Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro, que serviu para nortear a entrevista a fim de se alcançar os objetivos propostos, dando liberdade ao entrevistado, sem, no entanto, distanciar-se do assunto proposto. As perguntas propostas foram geradas a partir de três temas centrais: 1) representação da maternidade; 2) conciliação entre os papéis de mãe e profissional; 3) significado do trabalho. As entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2014, tendo, em média, a duração de trinta minutos, durante os quais as participantes responderam as seguintes perguntas 1) “O que é ser mãe para você?”; 2) “Comente sua rotina antes e depois de ser mãe”; 3) “O que o trabalho representa pra você?”. Fez-se uso também de perguntas de apoio, que foram lançadas de acordo com as respostas das entrevistadas, facilitando o entendimento da temática pesquisada.

Objetivou-se com as entrevistas analisar as representações das participantes sobre os papéis que a mulher ocupa dentro da sociedade. Para isso utilizou-se os pressupostos da Teoria das Representações Sociais, que compreendem os fenômenos a partir dos aspectos psicológicos e sociais. Considerando, tanto como o sujeito, ativo e criativo, processa cognitivamente as informações e pensa a sociedade, quanto, como a tradição e os costumes aparecem (alterados ou não) nos comportamentos e ideias individuais (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005). As representações sociais são vistas como “uma forma de conhecimento,

socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22). O ser humano tem a necessidade de conhecer o mundo a sua volta, tornando-o mais familiar e menos ameaçador, para isso, cria as representações sociais, que são comunicadas entre as gerações e funcionam como guias para definir e nomear a realidade de modo compartilhado, facilitando e prescrevendo a vida cotidiana e a relação com os outros (JODELET, 2001).

Existem representações mais amplas, que atravessam os sujeitos, e estão ligadas aos conhecimentos ideológicos e culturais dominantes, como o discurso social que limita a mulher ao papel de mãe. Por outro lado, as representações também estão em conexão com aspectos mais específicos, como a condição social e as experiências privadas e afetivas de cada sujeito (JODELET, 2001). Por isso a importância de delimitar socialmente o grupo entrevistado, já que, por mais que as concepções de papel feminino, papel masculino, maternidade e trabalho sejam influenciadas pela cultura, cada grupo constrói a sua visão de realidade, que é composta por valores específicos e que irão contribuir para a formação da identidade individual de seus membros.

Partindo do pressuposto de que o sujeito expressa sua realidade através da fala, o material das entrevistas foi submetido ao método de análise de conteúdo, que se propõe a decompor o que foi dito pelo sujeito e identificar unidades de análise para categorizar e compreender as representações que envolvem o fenômeno observado (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Sem priorizar um ou outro autor que definem os passos para uma análise de conteúdo, mas tentando trazer o que aparece de forma mais geral à maioria dos autores, Campos (2004) propõe três etapas a serem seguidas. A primeira é a fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do *corpus* (conjunto de documentos) das entrevistas, com a finalidade de organizar e apreender de forma geral as principais ideias e seus significados. Em um segundo momento é feita a seleção das unidades de análise (ou unidades de significados). É comum que os recortes sejam feitos por temas, utilizando sentenças, frases ou parágrafos. A escolha de unidade temática diz respeito a “uma conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, as teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e, por que não dizer, as próprias teorias pessoais intuitivas do pesquisador” (CAMPOS, 2004, p.613). Na terceira etapa é realizado o processo de categorização e subcategorização. A categorização corresponde a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero” (BARDIN, 1977, p. 117 *apud*

CAMPOS, 2004). As categorias devem ser vistas como grandes enunciados que incluem vários temas de acordo com a sua proximidade.

O objetivo final do método de análise de conteúdo é apreender as representações dos atores sociais a partir da análise das informações colhidas em entrevistas. Durante a análise, deve-se considerar tanto a repetição dos conteúdos trazidos, como os temas que aparece em um relato, mas não se repete nos demais (CAMPOS, 2004). Advertindo, que mesmo pertencendo a um grupo social específico, os sujeitos passam por experiências diferentes, que poderão influenciar no seu modo de perceber os objetos, os outros e a si mesmo. Cabe ainda ao pesquisador, não olhar apenas para o conteúdo manifesto, mas poder aprofundar a sua análise, voltando-se para o conteúdo latente e descobrindo as ideologias e tendências por trás do fenômeno que se propõe a analisar (TRIVINOS, 1987 *apud* SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005). Seguindo esses pressupostos, nas próximas páginas será apresentada a análise e a discussão das entrevistas.

#### 4.3 MULHER, MÃE E TRABALHADORA

As entrevistas buscaram captar como as mulheres significam suas vivências relacionando a maternidade e o trabalho. Adotando a perspectiva de que o sujeito constrói suas experiências na interação com as regras sociais, procurou-se, também, apreender as normas culturais presente no discurso das mulheres sobre os papéis femininos e masculinos.

Depois de realizadas as entrevistas, as falas das mulheres foram transcritas. Para a análise dos dados, todas as entrevistas foram lidas buscando encontrar os elementos sobre maternidade, conciliação e trabalho que se repetiam ou que se diferenciavam. A partir disso, foram feitos os recortes das falas que melhor expressavam as ideias das entrevistadas sobre os temas propostos. Explorou-se o material objetivando a categorização, isolando e agrupando os elementos e organizando as mensagens contidas nas falas de acordo com as três categorias previamente estabelecidas: representação de maternidade, conciliação entre maternidade e trabalho e significado do trabalho. Posteriormente, esses três temas foram relacionados com as diferentes dimensões do conceito de gênero. Assim, permitiu-se que o tema da representação da maternidade fosse desdobrado em dois aspectos, o desejo da maternidade e as normas sociais que a maternidade segue. O tema da conciliação entre os papéis de mãe e trabalhadora foi tratado a partir do planejamento e das pré-condições para que a maternidade

ocorra, da participação do homem no cuidado das crianças e da contratação de serviços de cuidado alternativo. O último tema, sobre o significado do trabalho, foi analisado considerando o aspecto financeiro e o emocional. Analisou-se, também, o quanto a maternidade afeta a carreira do homem e da mulher, e, dentro disso, a vantagem de ser profissional liberal para as mulheres que são mães.

#### 4.3.1 As Representações da Maternidade

A percepção do senso comum sobre a maternidade a coloca como uma experiência natural ligada à pré-disposição biológica (MOTA, 2011). A partir da gestação, que é biológica, construiu-se uma concepção de maternidade que é naturalmente desejada pela mulher, pois a capacidade de procriar é o que caracteriza e une todos os sujeitos do sexo feminino. Com o objetivo de analisar a relação entre as representações sobre o feminino e sobre a maternidade, foi formulada a seguinte questão: “O que é ser mãe para você?”.

Três dimensões do conceito de gênero puderam ser compreendidas a partir das respostas dadas a essa primeira pergunta. Em relação à dimensão identitária, percebe-se que as entrevistadas estabelecem uma relação muito próxima entre ser mulher e ser mãe. A construção da identidade feminina foi descrita pelas mulheres em relação ao desejo de ser mãe, que aparece muito antes delas se tornarem mães de fato.

Eu sempre quis ser mãe, eu me imaginava quando era criança nas minhas brincadeiras, eu era a mamãe e eu sempre tinha meus ursinhos. Quando eu soube fiquei feliz, para mim isso estava total nos planos (...) é uma realização de um sonho, uma satisfação pessoal gigantesca, é uma experiência única. (Entrevistada 2, consultora de empresas).

A maternidade também pode ser vista como condição para que a mulher seja de fato percebida enquanto tal, como mostra o relato a seguir:

Eu sempre achei que eu tinha quer ser mãe. Nisso eu sou radical, eu acho que ninguém deve passar nessa vida sem ser mãe (...) quer aprender a ser mulher, vai ter que ser mãe. Não acredito que uma pessoa seja 100% realizada sem ser mãe. Porque ser mãe é tudo, a natureza nos trouxe para isso. (Entrevistada 4, advogada).

Apenas uma das entrevistadas não trouxe a maternidade como um desejo, mas afirma que depois de ser mãe, assumir esse papel traz realização pessoal e que o filho passa a ser o centro do mundo da nova mãe.

A outra dimensão que foi possível pensar a partir da pergunta “O que é ser mãe para você?” foi sobre as normas sociais, que revela o quanto a maternidade segue regras sociais para ocorrer. Existe uma norma tradicional da mãe como uma mulher casada; as mulheres

entrevistadas seguem essa norma, pois trazem a ideia de planejamento da maternidade, que se dá dentro de uma relação estável e reconhecida socialmente com o parceiro. Como mostra o relato a seguir:

Eu nunca quis ser mãe. Antes de conhecer meu marido eu não pensava em ser mãe, não era algo que eu desejava. Mas sempre foi um desejo dele, então eu disse “faz direito, me pede em casamento antes”. Aconteceu o pedido, a gente casou e eu engravidei, mas houve um planejamento, meu filho foi planejadíssimo. (Entrevistada 1, farmacêutica).

Para as outras entrevistadas, mesmo desejando a maternidade, encontrar um parceiro que no futuro assuma o papel determinado socialmente de pai e estabelecer um relacionamento estável são pré-condições para o planejamento da gravidez. Essas falas estão de acordo com o estudo de Rocha-Coutinho (2004), segundo o qual, mesmo com todas as transformações no papel da mulher dentro da sociedade, as concepções tradicionais de família e maternidade ainda estão presentes nos discursos das mulheres. Desse modo, suas existências estariam marcadas por novas posturas e velhos valores.

#### **4.3.2 Conciliação entre Papeis**

As normas sociais em relação ao gênero colocam a maternidade como algo inerente às mulheres. Cabe a elas assumirem uma postura zelosa e educativa, sendo responsáveis pelo bem estar e pela criação dos filhos. Baseando-se na suposta relação natural entre ao papel de mãe e a identidade feminina, a mulher é vinculada ao universo familiar, enquanto o trabalho remunerado é associado à figura masculina, sendo o homem, por ser considerado mais capaz de produzir e negociar, o provedor financeiro da casa. Partindo-se dessa divisão social, a segunda questão proposta às entrevistadas foi: “Comente sua rotina antes e depois de ser mãe”. Essa pergunta permite pensar como ocorre a conciliação entre a suposta obrigação de ser mãe e a carreira profissional, e como elas se influenciam mutuamente.

O primeiro ponto observado sobre a conciliação foi a ênfase dada ao papel de trabalhadora antes de se tornarem mães. Para as entrevistadas, a maternidade aparece condicionada a estabilidade da carreira profissional, pois é através do trabalho que elas conseguem oferecer aos filhos uma melhor qualidade de vida.

Eu acho que tem que se organizar financeiramente primeiro para depois ter filhos. A tecnologia hoje permite ter filhos mais tarde, não é preciso ter filhos com 20 anos. De certo modo, a minha carreira influenciou na decisão, eu queria ser mãe, mas antes eu queria ter condições de dar tudo, eu quero sempre dar o melhor. Eu sabia que não ia ser mãe antes de ter uma condição X, e assim foi. (Entrevistada 4, advogada).

A pesquisa de Maluf (2009) já apontava a estabilidade econômica como uma das condições para que a maternidade ocorra de forma tranquila entre mulheres executivas. No caso das mães profissionais liberais, as entrevistadas demonstram que o planejamento e a estabilidade financeira são ainda mais necessários para não comprometer a renda familiar com a chegada de mais um integrante na família, já que na sua profissão não há salário fixo.

O segundo ponto observado é que, por mais que as entrevistadas tragam a importância da estabilidade profissional, após a maternidade a mulher passa a organizar a sua rotina profissional em função do filho.

Quando eu não tinha filhos meu dia era para trabalhar, meu único compromisso era ir para o trabalho, agora a primeira condição para eu poder ir trabalhar é saber que o meu filho tá bem. A babá veio? Ok. Depois do almoço: Levei para a escolinha? Ok, posso ir trabalhar. É uma vinculação direta com ele. Desde que ele nasceu eu me organizo dentro da rotina dele, e conforme ele foi crescendo e tendo mais atividades fora de casa, eu também fui aumentando as minhas horas de trabalho. Hoje, eu priorizo muito mais o lado mãe do que o profissional, porque eu tive isso na minha criação de que é importante estar perto do filho. (Entrevistada 2, consultora de empresa).

Nesse mesmo sentido, Pazello e Fernandes (2004) demonstram que a maternidade afeta negativamente a dedicação da mulher no mercado de trabalho, principalmente quando a criança é pequena. Porém, conforme os filhos vão crescendo, as mulheres passam a investir em sua carreira profissional com mais intensidade.

Em relação a esses dois pontos expostos, percebe-se a existência de uma contradição. Primeiro, a estabilidade na carreira aparece como uma condição para a maternidade. Nesse sentido, o mercado de trabalho tem prioridade sobre o universo familiar. Por outro lado, após o nascimento dos filhos, ocorre uma inversão e a mulher se volta mais para o ambiente da casa. Entretanto, apesar de se dedicar mais a família, elas não assumem o papel tradicional de mãe, que se responsabilizava sozinha pelo cuidado dos filhos e pela organização da casa. As entrevistadas utilizam, como estratégia para a conciliação, os cuidados alternativos. Todas fizeram ou ainda fazem uso dos serviços de babás ou creches, sendo esta última mais procurada conforme a criança cresce, pois, de acordo com suas visões, isso possibilitaria maior a interação social com outras crianças.

O último elemento para pensar a conciliação entre os dois papéis é a participação do companheiro. A tendência tradicional define que a mulher se responsabilize pela criação dos filhos, enquanto o pai arca com as despesas financeiras, ausentando-se das atividades de cuidado. Mesmo que essa visão não seja totalmente compartilhada entre as entrevistadas, somente uma delas afirma que divide todas as tarefas e responsabilidades com o companheiro. A maioria das mulheres relata que se envolve mais no cuidado dos filhos do que o marido, e

apesar de afirmarem que o marido é colaborativo, a sua participação é vista como uma “ajuda”.

Homem tem participado mais hoje em dia, meu marido, por exemplo, é participativo, mas eu continuo sendo a mais responsável. Ele me ajuda com meu filho, ele leva para a escolinha e eu busco. Em casa tenho uma função mais de administradora, meu marido faz desde que seja mandado. Pois o homem acha que se a mulher não pede é porque não é para fazer. Tenho que falar: Dá banho! Pega o brinquedo do chão! As mulheres são melhores nisso, acho que tem algo genético que permite que a gente faça várias coisas ao mesmo tempo. (Entrevistada 3, *coach* de carreira).

Percebe-se nas falas das mães entrevistadas o mesmo que Amazonas, Vieira e Pinto (2011) comentam em sua pesquisa, que por crer na essência de uma natureza feminina, as mulheres acreditam que só elas sabem cuidar, e mesmo que queiram que os homens participem, elas se consideram as verdadeiras detentoras do saber cuidar. Isso fica claro, por exemplo, na seguinte fala: “Mas homem é pai, não é mãe, a mãe é o cerne, a mãe é quem cria.” (Entrevistada 4, advogada).

#### **4.3.3 Significado da Carreira Profissional**

O terceiro tema da entrevista tinha por objetivo analisar se as entrevistadas colocavam ou não em xeque a norma da mãe exclusiva, que ficava restrita aos cuidados da casa e dos filhos. Esse tema também permite pensar sobre os outros papéis incorporados pelas mulheres atualmente. Assim, foi realizada a seguinte pergunta: “O que o trabalho representa pra você?”.

O desejo de trabalhar ganhou dois sentidos principais no discurso das entrevistadas. Primeiro, o trabalho aparece como um modo de proporcionar um cuidado, que, no caso das mulheres entrevistadas, ganha outro significado. Para a mãe tradicional, o cuidado se relaciona com envolvimento direto na criação das crianças, isto é, ela própria assume todas as tarefas necessárias, ficando à disposição do filho. Para essas profissionais liberais, cuidar não significa ficar à disposição do filho, ou seja, as tarefas podem ser compartilhadas com outras pessoas. Além disso, cuidar tem uma dimensão econômica, que pode ser percebida pela preocupação das entrevistadas em oferecer uma boa escola, proporcionar bens materiais de qualidade, lazeres pagos, entre outros, para os seus filhos. Ainda que o homem, para algumas entrevistadas, apareça como o principal provedor econômico, elas também colocam para si esse papel. O segundo sentido dado ao trabalho é em relação à realização pessoal e ao retorno do investimento feito em si mesma. Esses os dois sentidos ficam explícito na seguinte fala.

Eu sempre pensei e precisei trabalhar. Eu faço o que eu quero e o que eu gosto. Na minha família sempre teve uma criação de é bom trabalhar, vamos trabalhar, vamos

produzir, pelo lado do produzir e pelo lado de se independizar financeiramente. Tem o prazer de trabalhar que para mim é satisfatório, ver o trabalho ponto, receber um feedback de algum cliente (...) a mulher tem que estar trabalhando, pois isso é uma condição essencial para o ser humano, é aquela velha história, o trabalho dignifica o homem. (...) mas tem também a necessidade de pagar a escolinha, ajudar em casa e proporcionar as coisas para o meu filho. (Entrevistada 2, consultora de empresa).

A dimensão que a profissão ocupa na vida de cada mulher é particular e estão relacionadas a fatores como a pressão social, as questões econômicas e a realização pessoal (MOTA, 2011). No caso das entrevistadas, a profissão foi uma escolha que faz parte dos seus projetos de vida, pois, assim como desde crianças aprenderam a desejar a maternidade, elas relatam que, desde muito jovens, aprenderam o valor do trabalho para o reconhecimento social e para a autoestima. Como já apresentava os resultados da pesquisa de Rocha-Coutinho (2004), a mulher hoje deseja ser múltipla, isso envolve ser uma boa mãe e uma profissional competente.

Refletindo sobre as relações de poder que permeiam as representações dos papéis masculino e feminino, a carreira feminina apareceu tanto em pé de igualdade, quanto em um segundo plano em comparação com a carreira do marido. A metade das mulheres que participaram desta pesquisa acha justo que os maridos tenham suas carreiras profissionais menos afetadas depois da chegada do bebê, participando menos das tarefas de cuidado. Acreditam que se o homem é o principal provedor do lar, elas podem se dedicar mais a maternidade, que é feminina.

Meu marido também é profissional liberal, como ele tem mais anos de carreira que eu, combinamos que ele trabalha 8 horas por dia e eu trabalho menos, 4 ou 6 horas, para estar em casa mais tempo com o meu filho. É normal que depois da maternidade as mulheres repensem sua rotina, querendo trabalhos mais flexíveis. Antes eu trabalhava em uma empresa, mas não queria colocar meu filho em uma escolinha em tempo integral, então comecei a repensar as oito horas por dia. Resolvi sair e abrir algo próprio, que me permitisse viver a maternidade também. (Entrevistada 3, *coach* de carreira).

Outro ponto importante sobre a conciliação entre trabalho e maternidade é que metade das mulheres entrevistadas relata terem mudado de profissão depois do nascimento dos filhos, saindo de empresas para se tornarem profissionais liberais. Ser profissional liberal, para todas as participantes, apresenta mais vantagens quando se é mãe, mesmo sem férias, salário fixos e correndo o risco de perder espaço no mercado ao se ausentar. A flexibilidade de horário é vista como algo vantajoso, possibilitando que se acompanhe a rotina e o desenvolvimento do filho de perto.

## 5 CONCLUSÃO

Observou-se, na análise das entrevistas, que as mulheres atribuem significados as suas experiências em relação à maternidade e ao trabalho pago a partir da influência de dois discursos sociais dominantes e contraditórios. O primeiro é a visão de maternidade como algo natural, que se inscreve no corpo de toda a mulher através dos órgãos reprodutores. Entendendo a maternidade como essência da condição feminina, para a maioria das entrevistadas é natural que a mulher deseje ser mãe, e que encontre nessa vivência a sua completude enquanto sujeito. O segundo discurso envolve a percepção do trabalho dentro do sistema capitalista, em que o sujeito passa a ser valorizado pela sua capacidade de produzir. As mulheres, pertencentes a essa realidade, encontraram no exercício de sua profissão, além da satisfação financeira, que possibilita o consumo, a satisfação e o crescimento pessoal. A motivação intrínseca ganha destaque no caso das entrevistadas, já que, desde muito jovens, elas foram estimuladas a escolher a profissão que gostariam de seguir, dedicando anos de estudo para poder exercê-la.

Diante desse conflito, a questão central para as mulheres desta pesquisa é harmonizar os papéis de mãe e de profissional liberal. Na busca pela conciliação os papéis vão se alternado, ora a maternidade aparece em primeiro lugar, ora o trabalho vem primeiro. Mas sempre aparece a tentativa de unir os dois papéis, sem abrir mão de nenhuma das experiências. A tentativa de conciliação traz o questionamento dos papéis tradicionais de homem e mulher, colocando em xeque principalmente o papel da mulher, que passa a ser provedora financeira através da ressignificação do cuidado. Sem deixar de envolver a questão do afeto na relação mãe e bebê, o cuidado também traz a questão de poder oferecer bens materiais aos filhos. E esse novo elemento do cuidado materno é viabilizado pelo trabalho remunerado. Portanto, na relação entre trabalho e maternidade, a estabilidade econômica, que corresponde à estabilidade profissional, é uma pré-condição para que a maternidade ocorra tranquilamente, podendo garantir uma melhor condição de vida para a criança. Ao mesmo tempo, fica evidente que a mulher não trabalha para “si”, a satisfação relaciona-se com o retorno familiar.

Sobre as dimensões do conceito de gênero, as mulheres nomeiam e vivem suas experiências a partir de normas e regras sociais, assim, carregando um valor tradicional, a maternidade, mesmo desejada, só é planejada com a presença de um companheiro e de um compromisso estável. Compartilhando os discursos culturais que opõem binariamente os papéis dos homens e das mulheres, a maternidade aparece tão intrinsecamente relacionada

com a condição feminina, que é vista como uma obrigação para a mulher, enquanto o homem possui uma participação secundária no cuidado dos filhos, pois é considerado socialmente menos apto para assumir o papel de cuidador. Do mesmo modo, o trabalho pago, apesar de ser importante para a mulher, é visto como uma dimensão masculina, cabendo à mulher assumir a maior parte das obrigações familiares depois do nascimento do filho, enquanto ao homem é garantido um envolvimento mais intenso com o mercado de trabalho. Identificando-se ao mesmo tempo com o papel de mãe zelosa e disponível e com o papel de trabalhadora, é importante para as entrevistadas estar presente na rotina dos filhos, buscando ter um horário de trabalho alternativo. As profissionais liberais teriam vantagem nesta questão, pois, sem horários de trabalhos estabelecidos, elas possuem mais liberdade para organizar e conciliar a maternidade e a carreira profissional.

Diante do exposto até aqui, conclui-se que a maternidade continua intimamente relacionada com a identidade feminina. Nessa perspectiva, a análise das entrevistas mostrou que, tentando conciliar os papéis de mãe e profissional, as mulheres tendem a diminuir as horas de trabalho remunerado em prol do cuidado dos filhos. A mulher, ao sentir a obrigação de assumir o papel de principal cuidadora, tem a carreira profissional afetada de forma negativa, confirmando a hipótese inicial desse estudo.

Não é possível afirmar que exista só uma representação de maternidade ou de trabalho, nem que há um único modo vivenciar o encontro entre esses dois papéis. Portanto, a reflexão sobre a conciliação entre maternidade e trabalho não se esgota aqui. Há diversas questões que não foram contempladas nesse estudo, como a possibilidades de conciliação entre as diversas classes sociais, entre os diferentes grupos étnicos ou entre as diversas categorias de trabalho, que poderiam trazer elementos novos, enriquecendo a discussão sobre a triangulação mulher, maternidade e trabalho, tão pertinente em uma sociedade que, a partir de diferenças, cria desigualdades.

Por fim, considera-se como tarefa fundamental, que os sujeitos, ativos na construção da realidade, repensem e ressignifiquem as representações sobre os papéis femininos e masculinos em relação à maternidade, de modo que o cuidado dos filhos venha a impactar na mesma intensidade a carreira profissional de homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes; PINTO, Virgínia Cavalcanti. Modo de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Recife, v. 31, n. 2, p.314-327, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a09.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.399-422, 2003.

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 30 out. 2014

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de relações do trabalho. Coordenação-geral de relações do trabalho. Enquadramento de profissionais liberais e de categorias diferenciadas. **Nota Técnica nº 11/2006**, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.sinfito.com.br/wp-content/uploads/2014/07/MTE\\_Nota\\_Tecnica\\_11.pdf](http://www.sinfito.com.br/wp-content/uploads/2014/07/MTE_Nota_Tecnica_11.pdf)> Acesso em: 03 nov. 2014.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 5, n. 57, p.611-614. set./out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão**, n. 25, p.323-344, 2011.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, p. 21-51, 2004.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p.65-78, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Tempo pessoal dedicado ao trabalho domiciliar da mulher e do parceiro**. 2006. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/tempo-pessoal-dedicado-ao-trabalho-d>>. Acesso em: 14 maio 2014.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. **Parentalidade em tempos de mudança: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento**. 2007. 92f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595 – 609. set./dez. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2013.

JODELET, Denise. **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LOMBARDI, Maria Rosa. “Um mercado de trabalho cada vez mais feminino”. **Difusão de Ideias**. Fundação Carlos Chagas, out. 2007. Disponível em: [http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista\\_mercado\\_mais\\_femini\\_no.pdf](http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_mercado_mais_femini_no.pdf) Acessado em: 15 out. 2014.

MALUF, Vera Maria Daher. **Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea**. 2009. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1999.

MONDARDO, Anelise Hauschild; LIMA, Roberta Farina Cirne. Nem toda mulher quer ser mãe: outros caminhos para a realização pessoal. **Psico**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p.107-127, jul./dez.1998.

MOTA, Mara Rute Rebola Pereira da. **Representações sociais da gravidez: a experiência da maternidade em instituição**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais e Políticas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2011.

OLIVEIRA, Paula Barbosa de. **A mulher atual e a representação da maternidade**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <[http://www.unicap.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=114](http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=114)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

PAZELLO, Elaine Toldo; FERNANDES, Reynaldo. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferenças de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não tem filhos. **In Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Economia, Anais Anpec**, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A151.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

PEDREIRA, Carolina Souza. Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. **Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, n. 8, p.1-7, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Carolina\\_Souza\\_Pedreira\\_58.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Carolina_Souza_Pedreira_58.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2014

POESCHL, Gabrielle; MÚRIAS, Cláudia; RIBEIRO, Raquel. As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade?. **Análise Psicológica**, Porto, v. 2, n., p.213-228, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n2/v21n2a08.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

POSSATTI, Izabel Cristina; DIAS, Mardônio Rique. Multiplicidades de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.293-301, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000200007)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

POZZA, Maristela Cuozzo. **Conflitos da mulher na tentativa de conciliação da maternidade com o trabalho profissional**. 1992. 199f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-graduação – Icpq**, Porto Alegre, p.1-8, 2003. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar A. A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p.497-503, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a12v09n3.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás doas panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. Novas opções antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.2-17, 2004.

RODRIGUEZ, Alfredo Cesar Correa. **A flexibilização da licença maternidade no brasil com base nas orientações da organização mundial de saúde**. 2005. 72 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Direito e Processo do Trabalho, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Criciúma, 2005.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001a.

\_\_\_\_\_. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 5, n. 8, p.47-60, 2001b.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais Agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p.70-80, 2005. Disponível em: <[http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista\\_v7\\_n1\\_jan-abr\\_2005\\_6.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista_v7_n1_jan-abr_2005_6.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n.5, oct. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692003000500005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000500005)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SULLEROT, Évelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

VINHAS, Ana Paula Leão Batista. **Mitos da maternidade**: um estudo a partir do olhar sistêmico. 2009. 122 f. Monografia (Especialização) - Curso de Terapia Relacional Sistêmica, Familiar e Instituto Sistêmico, Florianópolis, 2009.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj et al. Filhos em creches no século XXI e os sentimentos das mães. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44, p.45-54, jan./mar. 2006.